

PRÁTICAS COTIDIANAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO RECIFE - 1920:1940

Luciana Santiago Costa¹

Resumo

Este artigo objetiva investigar as práticas cotidianas realizadas no espaço público em momentos expressivos da vida pública da história do Recife, entre os anos de 1920 e 1940. Visa, portanto, conhecer que público é esse que caracteriza o espaço público do Recife. A intenção é descobrir até que ponto as práticas do cotidiano daquele período influenciaram as práticas atuais, considerando ainda a extensão das atividades em outros espaços.

Palavras-chave: Espaço público; cotidiano; Estado; Camadas populares.

Résumé

Cette article a pour objectif d'enquêter sur les pratiques quotidiennes réalisées dans l'espace public, à des moments significatifs de la vie publique dans l'histoire de Recife, durant la période de 1920 à 1940, dans le but de comprendre l'espace public d'aujourd'hui, plus précisément de connaître quel genre de public caractérise l'espace public de Recife. Le but en est de découvrir, dans quelle mesure, les pratiques de la vie quotidienne de cette époque ont influencé les pratiques actuelles, tout en considérant l'ampleur des activités dans d'autres espaces.

Mots-clés: *L'espace public; Le quotidien, L'Etat; Les couches populaires.*

1. INTRODUÇÃO.

Este artigo trata da síntese da tese defendida pela autora em 2011 e se propõe investigar os espaços públicos do Recife observando o que as pessoas faziam nesses espaços em certos períodos do passado. O passo inicial foi entender o que vem a ser o espaço público, pois se constatou que existe uma grande dificuldade em sua conceituação, e que o espaço público é uma categoria de análise complexa, que possui muitos sentidos e interpretações. Para Lavallo (2001), a noção do público possui uma diversidade de sentidos e uma multiplicação de conceitos, com delimitações por vezes confusas, como espaço público, esfera pública, opinião pública, vida pública, dentre outros, podendo-se pensar o espaço público em termos de uma configuração multidimensional. Para Albernaz (apud LIMA e MALEQUE, 2004) possui vários significados, como o que é acessível a qualquer pessoa, o que abriga instituições do Estado, o Estado enquanto cumpridor do bem comum, e também como uma expressão física onde ocorrem processos sociais. Para Leitão (2002), o conceito de espaço público varia em função do corpo teórico que se trabalha, podendo ser compreendido a partir da filosofia, associando a ideia do direito à palavra; na sociologia, como o espaço das relações sociais, e no urbanismo como um espaço físico, aberto e acessível a todos.

A partir de diversas contribuições da literatura pesquisada, foi possível evidenciar que o espaço público possui várias dimensões. Uma delas é a dimensão física, quando ele se concretiza em

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, professora da Faculdade Damas da Instrução Cristã e da Esuda - Faculdade de Ciências Humanas; lucianasc@yahoo.com.br

forma de uma praça, uma rua, ou seja, uma configuração física que serve de suporte às diversas atividades urbanas: a dimensão social, como palco de ações sociais, de práticas e dinâmicas sociais, local da vida pública, local de trocas cotidianas e do convívio social; a dimensão política, quando destaca os processos políticos, a influência das ações do Estado e dos mecanismos institucionais na vida pública, assim como quando ele exerce o papel de uma arena onde acontecem debates e diálogos políticos que abordam a maneira como os indivíduos se posicionam em relação à política; a dimensão da comunicação, quando os meios de comunicação agem intermediando as relações entre as instituições políticas e a sociedade; a dimensão simbólica, que se expressa a partir das experiências vividas nas relações do cotidiano, uma vez que possui a potencialidade de promover a identificação entre os grupos sociais, constituindo assim referência para os seus habitantes.

Ao buscar-se uma maior profundidade, procurou-se limitar o estudo do espaço público às dimensões social e política consideradas principais para a compreensão do mesmo, tendo como base as contribuições teóricas de dois autores que mantêm uma maior presença na literatura que hoje é lida direta ou indiretamente sobre o espaço público, que são Arendt (2000) e Habermas (2003), (1989) e (2007). Esses autores consideram o espaço público como uma esfera pública, onde se desenvolvem ações sociais e ações políticas. Para Arendt (2000), é a esfera pública da ação e do debate, ou seja, da interação entre os indivíduos, da vida pública, da atividade coletiva, assim como o local do discurso político, com decisões por consenso. Para Habermas (2003), (1989), (2007), é a esfera pública da discussão voltada para assuntos políticos, estabelecendo uma razão intersubjetiva que é própria do cotidiano, que passou com o tempo a ser uma esfera mais geral que contém a esfera da política.

Assim, a partir desse recorte inicial, considera-se que o espaço público se caracteriza por ações sociais que constituem a vida em público, juntamente com ações políticas, ou seja, os processos políticos.

A partir desse entendimento, a autora adotou um método que se baseia na complexidade da vida em público e da política. Assim, optou-se pelo método histórico, que vem sendo adotado pelos historiadores e que é concebido por alguns como Nova História, História Cultural ou Nova História Cultural. A escolha da Nova História justifica-se porque a sua base filosófica parte da ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída, necessitando da análise das mudanças sociais e políticas. Este trabalho insere-se na Nova História principalmente pelo fato de abordar a história da vida cotidiana, ou seja, do mundo da experiência comum, por valorizar exaustivamente o empírico ao longo da pesquisa de arquivo, e ainda por abordar os aspectos relacionados com o poder, os atores e usos do político. Essa Nova História também vem sendo aplicada no Brasil na área de Arquitetura e Urbanismo, com temáticas que abordam a cidade, as sociabilidades, as representações sociais do urbano, e os estudos na área do imaginário, do patrimônio e da memória (PESAVENTO, 2008).

A partir da Nova História, a autora adotou como principal base teórico-metodológica os estudos de Michel de Certeau, que se inserem na Nova História a partir de seus questionamentos à História Cultural, à importância dada à multidisciplinaridade, à preocupação com os aspectos culturais, sobretudo pela sua contribuição ao estudo do cotidiano, do vivido, transformando-o em objeto científico com a teoria das práticas cotidianas. Para ele, as práticas cotidianas incluem uma dialética entre práticas táticas e práticas estratégicas. As práticas táticas são aquelas práticas resultantes do comportamento do homem comum, das pessoas simples das camadas populares, também denominadas de invenções, astúcias, golpes, modos de usar, artes ou maneiras de fazer, que se realizam frente às práticas estratégicas que são as ações impostas,

regulamentadas, circunscritas a um determinado espaço. Assim, à medida que ocorrem ações impostas sobre a sociedade, aparecem invenções do homem comum para enfrentar a ordem dogmática das autoridades e instituições (CERTEAU, 1998).

A partir do entendimento das práticas cotidianas de Certeau (1998), considera-se que no espaço público se desenvolvem práticas táticas e estratégicas, isto é, no espaço público se desenvolvem práticas do homem comum, entendidas nesta pesquisa como invenções, juntamente com práticas regulamentadas, consideradas como ações impostas. É importante ressaltar que existe um rico e complexo processo de embates e de acordos entre as duas ações. As ações impostas geralmente são exercidas por camadas de maior poder aquisitivo, a partir da força do poder dos governantes, das leis e da polícia, dentre outras, e as invenções são realizadas em sua maioria pelas camadas populares. Dessa maneira, foram adotadas as expressões elite e camadas populares como forma de delimitar certos universos sociais, mas essas envolvem uma diversidade de grupos sociais e não se constituem em blocos distintos (COUCEIRO, 2003).

Percebeu-se uma grande lacuna na história desta cidade em relação ao cotidiano, e dessa maneira optou-se em compreender as práticas realizadas em períodos passados. Constatou-se que a partir do final do século XIX, principalmente no início do século XX, houve uma mudança vertiginosa nos cenários e comportamentos, sobretudo nas grandes cidades, a qual teve como base o ideal de modernidade que se alastrava pelo mundo. A partir do início do século XX, o Recife, assim como a maioria das cidades brasileiras, passou por grandes mudanças em seu cotidiano, influenciado pelo tipo de vida das camadas abastadas da Europa, e adotaram-se outras formas de agir na sociedade. Tais mudanças foram ampliadas, a partir da década de 1920, quando as cidades brasileiras passaram a ser invadidas pelas novidades e hábitos modernos, e o comportamento da população se espelhou mais fortemente na Europa, tendo como base os ideais de modernização e progresso. Nos anos 1930 e 1940, com a Segunda Guerra Mundial, o cotidiano também foi invadido por hábitos europeus e americanos, o que induziu a um novo modo de vida. Também, a partir dos anos 1920, e que segue pelos anos 1930 e 1940, observou-se que houve uma tentativa de controle social por parte dos governantes, levando padrões de comportamento voltados para a elite, excluindo dos espaços públicos as camadas populares.

Assim, adotou-se como recorte temporal o período entre os anos 1920 e 1940, e o recorte mais específico foi o período em que o Recife foi administrado por Sérgio Loreto, entre 1922 e 1926, e por Agamenon Magalhães, entre 1937 e 1945. O governador Sérgio Loreto e o prefeito Antonio de Góes (1922 a 1926) fizeram várias transformações urbanísticas na cidade incentivando a criação de espaços públicos, tais como praças, o Parque do Derby e a Avenida Beira-Mar em Boa Viagem, dentre outros, induzindo padrões de comportamento voltados para a elite, gerando com isso o afastamento das camadas populares. O governador Agamenon Magalhães e o prefeito Novaes Filho (1937-1945) implantaram empreendimentos na cidade, tais como o Parque 13 de Maio, além da criação e reforma de algumas praças, o embelezamento da Avenida Beira-Mar em Boa Viagem, a construção da Avenida Guararapes, por exemplo, e tinham o objetivo de disciplinar o comportamento individual e social por meio do domínio absoluto do Estado. Esse foi, portanto, um período singular, com acontecimentos sociais e políticos marcantes para a história da cidade, e que requer um estudo mais aprofundado das práticas cotidianas realizadas nos espaços públicos.

Vale ressaltar que, nesse recorte temporal, a autora deteve-se nos espaços públicos mais utilizados pela população e que mais apareceram nas fontes consultadas. Durante esse período, os espaços públicos mais utilizados foram aqueles localizados na área central da cidade, sobretudo nos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, que eram os locais para onde convergia a maioria da população, e que vão aparecer com maior intensidade na pesquisa.

No entanto, no final dos anos 1920 e ao longo dos anos 1930 e 1940 vão surgir novos espaços públicos fora dessa área central, em bairros como Boa Viagem, Derby, Casa Forte, dentre outros.

A partir desses questionamentos, procurou-se verificar como as práticas cotidianas, sob a forma de invenções e ações impostas, caracterizavam os espaços públicos do Recife entre os anos 1920 e 1940. Para verificar essas práticas, foi necessário percorrer alguns procedimentos operacionais, tais como o levantamento bibliográfico e o levantamento de fontes documentais. As fontes documentais consultadas foram os periódicos, que incluem revistas e jornais da época, iconografias, filmes, e a consulta à legislação da época.

Contatou-se uma variedade de práticas cotidianas realizadas nos espaços públicos do Recife nesse recorte temporal, mas optou-se pelo estudo das práticas mais significativas, as mais características do período estudado e que estiveram mais presentes na documentação consultada. Para auxiliar na investigação dessas práticas, buscou-se suporte em Da Matta (1997), que alegou existirem alguns eventos que fazem parte do dia a dia da população, que acontecem com certa repetição e na rotina diária da população, enquanto outros acontecem fora do dia a dia repetitivo. Assim, os eventos repetitivos foram concebidos como práticas rotineiras e os eventos fora desse dia a dia foram concebidos como práticas eventuais.

Verificou-se a existência de algumas práticas cotidianas rotineiras e eventuais no Recife. As práticas cotidianas rotineiras foram divididas em práticas cotidianas rotineiras de convívio social e práticas cotidianas rotineiras de esporte.

Também se constatou algumas práticas cotidianas eventuais que foram divididas em práticas cotidianas eventuais tradicionais e eventuais cívicas. Dentre as eventuais tradicionais, as de maior destaque foram o carnaval, práticas religiosas, que incluem as festas de igreja, procissões dentre outras, e as práticas cotidianas eventuais cívicas foram representadas pelos desfiles, paradas, discursos etc.

2. DESVENDANDO AS PRÁTICAS ROTINEIRAS NO RECIFE DE 1920 E 1940

As práticas rotineiras de convívio social, divididas em práticas cotidianas rotineiras de convívio social e práticas cotidianas rotineiras de esporte, foram bastante expressivas nesse período. As de convívio social, devido à ampliação da vida ao ar livre, e a de esportes também devido à grande preocupação com a saúde e o físico. Iniciando pelas práticas de convívio social, se observou que as principais foram fazer caminhadas, passear, o lazer, recrear, fazer compras e conversar.

As pessoas costumavam caminhar pelas ruas e calçadas que, em sua maioria, eram silenciosas e tranquilas devido ao pouco movimento. As ruas mais utilizadas para as caminhadas localizavam-se nos bairros do centro: Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. Essas caminhadas foram a principal prática rotineira nas ruas e se ampliaram, principalmente devido aos melhoramentos urbanos e ao surgimento de estabelecimentos comerciais e de novas formas de diversão, como o cinema e o teatro. O aparecimento dos bondes elétricos da Pernambuco Tramways, a partir de 1914, também incentivou as caminhadas pelas ruas do centro, pois elas favoreceram a vinda de pessoas de áreas distantes e de arrabaldes, deixando as mesmas em vários pontos de parada no centro. O trecho da área central mais utilizado para os passeios, então conhecido como *footing*, entre os anos 1920 e 1940, ficava entre a Rua 1º de Março e a Rua Nova, que pela Ponte da Boa Vista dava acesso à Rua da Imperatriz. Era a área

mais movimentada do centro, porque tinha uma grande variedade de lojas, consultórios e facilidade de acesso para bondes e autos. Esses passeios realizavam-se todas as tardes, principalmente aos sábados, e a maioria dos frequentadores era constituída de pessoas da elite, mulheres, mocinhas, senhoras e alguns homens (Figura 1). As pessoas também andavam nas pontes e nas margens do rio Capibaribe, principalmente do centro da cidade (Figura 2).

Figura 1: Mulheres exibem seus vestidos mais curtos, chapéus e joias no *footing*, nos anos 1920.



Fonte: Revista da Cidade, n. 54, junho de 1927.

Figura 2: Passeios das mulheres da elite na Ponte da Boa Vista, nos anos 1920.



Fonte: Revista da Cidade, n. 6, julho de 1926.

Nos anos 1920, com a urbanização do trecho ao sul da cidade, a Avenida Beira-Mar em Boa Viagem surgiu como um local que também se tornou predileto para os passeios. Durante a tarde, no verão, as calçadas dessa avenida também eram locais de passeio das moças e rapazes, que aproveitavam para desfrutar a paisagem da praia, caminhadas e lazer da população (Figura 3). As areias da praia serviam para conversas (Figura 4), leitura, contemplar a paisagem, e o mar, quase sempre calmo devido aos arrecifes, para banhos, mergulhos, além de exercitar o corpo com a natação.

Figura 3: Passeios na Avenida Av. Beira-Mar em Boa Viagem nos anos 1950.



Fonte: Revista da Cidade, n. 34, janeiro de 1927.

Figura 4: Mulheres aproveitavam para conversar na areia da praia, nos anos 1920.

o era que esses passeios em ruas e avenidas, sobretudo da area central, estivessem voltados para as classes abastadas. O governador Sérgio Loreto procurou introduzir um padrão de ordem urbana desejada pelos grupos de elite, com ações mais rigorosas em relação ao comportamento que deveria ser assumido pela população, adotando uma postura mais efetiva de controle social, procurando afastar as camadas populares

do espaço público. Nos anos 1930 e 1940, o Estado procurou aumentar o controle social ao construir mais espaços públicos para a elite, além de uma política de perseguir e reprimir os populares e todos aqueles que porventura não se moldassem às novas regras impostas por Agamenon Magalhães. Nesse espaço de controle e vigilância, foi preconizada a política de proibição dos trabalhadores informais, dentre eles vendedores ambulantes, engraxates, carregadores, que foram impedidos de transitar pelas ruas do centro (COSTA, 2009).

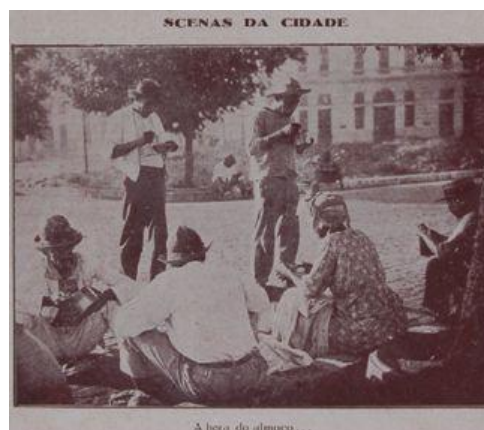
Mesmo com a intenção de afastar as camadas mais populares por parte dos governos, houve reações das mesmas ao que se tentava implantar, uma forma de resistência, persistindo nas ruas hábitos e condutas que se chocavam com a imagem de cidade que se desejava implantar (REZENDE, 2002; COUCEIRO, 2003). Assim, na Rua Nova, enquanto a elite fazia o *footing* nas calçadas, populares permaneciam, mesmo que fora da calçada, ou seja, circulando pela rua (Figura 5). Os *mendigos* e *pedintes* também estavam presentes nas ruas e, no final do expediente, de empregados das lojas, caixeiros, caixeiras e costureiras para pegar o bonde de volta para casa. Durante a madrugada, passeavam ainda bêbados, vagabundos e desocupados, considerados vadios. Alguns excluídos ainda circulavam no meio da gente elegante, nas principais ruas do centro, muitas vezes pedindo esmola (Figura 6). Assim, constata-se que ocorriam nas ruas as invenções subvertendo as imposições como colocou De Certeau.

Figura 5: Rua Nova, o *footing* da elite nas calçadas e a permanência do popular na rua, nos anos 1920.



Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1938.
Edição vespertina.

Figura 6: Pessoas almoçando nas ruas nos anos 1920.



Fonte: Revista da Cidade, n. 6, julho de 1926.

As praças e parques também foram muito usados pela população para atividades de lazer, tais como passeios, contemplação e convívio sociais (Figura 7). Vale ressaltar que a criação de praças e parques, a partir dos anos 1920, também estava associada à intenção dos governantes de criar espaços públicos para a camada de maior poder aquisitivo, inserindo novas formas de comportamento. Nos anos 1930 e 1940, surge o *footing* nas calçadas do Parque do Derby. Nessas calçadas, principalmente no lado direito no sentido cidade-subúrbio, conhecido como “quem me quer”, ficavam as garotas que passeavam em grupos alegres e descontraídos. Diferentemente do *footing* diário do centro, o do parque acontecia nos sábados e principalmente nos domingos, nos finais da tarde, após as sessões de cinema. As pessoas também costumavam tirar fotos na ponte que dava acesso a Ilha do Amor no parque do Derby (Figura 8).

Figura 7: Encontros na Praça Barão do Rio Branco, nos anos 1920.

Figura 8: A ponte rústica era um dos locais prediletos para as fotografias, nos anos 1920.



Fonte: Revista da Cidade, n.42, março de 1927.

Os pátios das igrejas e os pátios das feiras eram locais que serviam para fazer compras e para os passeios. Os pátios mais movimentados eram o Pátio do Livramento (Figura 9), de São Pedro, do Carmo e do Terço e as feiras onde havia maior movimento era a “Feira do Bacurau”, na Madalena (Figura 10).

Figura 9: Movimentação de comércio no Pátio do Livramento, nos anos 1920.



Fonte: Revista de Pernambuco, n 13, julho de 1925.

Figura 10: Feira do Bacurau na Madalena, nos anos 1920.



Fonte: Revista da Cidade, n 10, julho de 1926.

Em relação às práticas rotineiras de esportes, observou-se que nos anos 1920, o governo incentivou as modalidades de esportes elitistas, pois tal prática poderia integrar a cidade no perfil do mundo moderno. Foram criadas regras e normas para as diferentes modalidades de esporte, como uma forma de uniformizar as condutas e modelar o novo homem (COUCEIRO, 2003). Houve assim, o estímulo à realização de regatas, de futebol em campos fechados e de corridas de cavalo em áreas fechadas, como o *Jockey Club* de Pernambuco, dentre outras modalidades. Nos anos 1930 e 1940, houve um interesse maior do governo pelas atividades esportivas, o que refletia a ideia do Estado Novo de estar presente e controlar todos os momentos da vida humana, inclusive o lazer e o esporte.

O jogo de futebol foi o que teve uma maior adesão, e as partidas eram realizadas em campos fechados, com regras adotadas e impostas pela elite. Mas, com o passar do tempo, também havia partidas de futebol improvisadas, realizadas por populares em algumas ruas do centro e do subúrbio, nas margens do rio Capibaribe e em terrenos vazios da cidade, as quais modificavam as regras da elite adotadas em campos fechados. Também existem referências de que, nos anos 1940, havia jogos de voleibol e *peladas* de futebol na praia de Boa Viagem (PARAÍSO, 1996). Há também registros de mulheres que jogavam tênis no Parque do Derby.

Nos anos 1920, no Parque do Derby alunos das escolas realizavam exercícios físicos, durante as paradas escolares, em uma grande área aberta na frente do quartel.

O remo foi uma atividade esportiva muito intensa entre os anos 1920 e 1940 e teve o seu auge na década de 1920 com a realização das grandes regatas. Essas regatas eram organizadas pelos clubes Náutico, Sport e Barroso que eram frequentados por atletas e sócios pertencentes a famílias de posse. Estas regatas aconteciam no rio Capibaribe, no Cais da Rua da Aurora e da Rua do Sol, principalmente no trecho compreendido entre as pontes da Boa Vista e Santa Isabel (Figura 11) (PARAÍSO, 1996). Outras atividades esportivas marcantes foram as corridas de automóveis e motocicletas na Avenida Beira-Mar, promovidas pelo “Automóvel Club”, as quais eram disputadas aos domingos. Além dessas corridas, havia corridas de bicicleta e a pé, realizadas nas ruas, na Avenida Beira-Mar em Boa Viagem (Figura 12).

Figura 11: Atletas durante as regatas no rio Capibaribe, nos anos 1920.



Figura 12: Figura 139: Corrida de bicicletas na Avenida Beira-Mar, nos anos 1920.



ulho de 1926.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

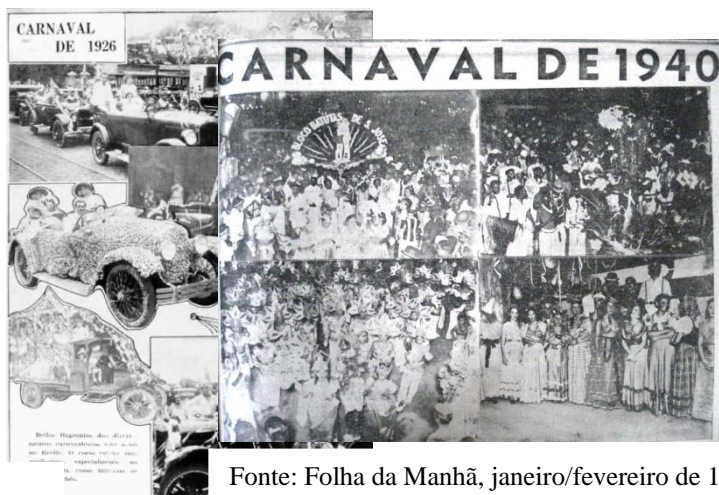
3. DESCOBRINDO ASPRÁTICAS EVENTUAIS NO RECIFE DE 1920 E 1940

As principais práticas eventuais estudadas foram às práticas tradicionais, cujo maior destaque foi o carnaval, as práticas religiosas, que incluem as festas de igreja, procissões dentre outras, e as práticas cívicas, representadas pelos desfiles, paradas, discursos, etc.

Em relação às práticas tradicionais, o carnaval foi o mais expressivo. Nos anos 1920, o Estado procurou controlar o carnaval com vigilância realizada pela polícia e estabeleceu normas que incentivaram o desfile de blocos com fantasias de luxo e o do curso (Figura 13), com trajeto definido, e foram combatidos comportamentos que não se enquadrassem no carnaval da elite. Nos anos 1940, houve uma tentativa de ampliação do controle do carnaval, com a intenção de combater e modificar os hábitos e comportamentos considerados desviantes, bem como impor novas regras à festa. Vale ressaltar que, nesse período, por um lado o Estado apareceu como um importante promotor do carnaval, divulgando o evento e criando concursos de frevo, mas por outro utilizou vários mecanismos para controlar a festa. O carnaval que agradava ao Estado Novo era voltado para as camadas abastadas, com controle e disciplina. Assim, foi estimulado o curso, com os percursos estabelecidos e os clubes carnavalescos que também tinham regras a ser cumpridas (Figura 14).

Figura 13: O curso pelas ruas do centro no carnaval de 1926.

Figura 14: Clubes carnavalescos, nos anos 1940.

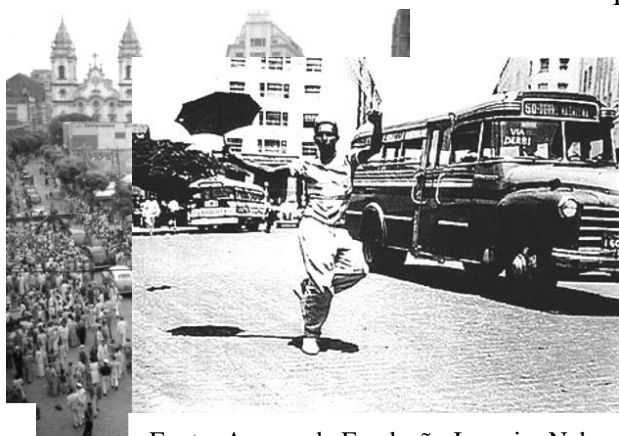


Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940.
Edição matutina.

A Praça da Independência, nos anos 40, era um local de encontro de foliões e onde geralmente terminava a maioria dos desfiles dos clubes carnavalescos (Figura 15). Mesmo com a postura elitista e autoritária que incentivava o carnaval da elite, houve a manutenção do carnaval popular. Vale ressaltar que também nesse período houve uma propagação do frevo pela imprensa, o qual passou a ser o principal motivo de atração do carnaval (Figura 16).

Figura 15: Carnaval na Praça da Independência.

Figura 16: Folião frevando na Praça da Independência, nos anos 1940.



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Ainda como exemplo de práticas tradicionais, havia praticantes dos cultos afro-brasileiros e muitos adeptos desses cultos criaram blocos de carnaval e de maracatu. Muitas sedes de agremiações de blocos e maracatus começaram a existir no intuito de resguardar as tradições africanas. Como exemplo, surgiu em Beberibe, em 1938 uma troça carnavalesca que se dizia não ter relação nenhuma com os cultos afro-brasileiros, e que foi a Troça Mista Rei dos Ciganos. No entanto, tratava-se de um maracatu, que disfarçado de bloco de carnaval, saía durante o dia, no carnaval. Apesar de serem perseguidos pelas autoridades policiais, os maracatus estavam presentes no carnaval porque tinham licença para funcionar nos dias dessa festa. Como exemplo tem-se o Maracatu Nação Elefante (Figura 17), um dos mais significativos nos anos 40. Também aconteciam festas tradicionais, como a Festa da Mocidade, que era uma das mais conhecidas da cidade e se realizou entre os anos 1940 e 1950, no Parque 13 de Maio.

Figura 17: Permanência, nos anos 1940, do Maracatu Nação Elefante.



Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Além das práticas eventuais tradicionais, havia as práticas cotidianas eventuais religiosas que dos anos 1920 aos anos de 1940 foram ampliadas e intensamente incentivadas pelo governo, sendo mais um momento para a propaganda política, e geralmente estavam associadas às práticas cívicas. Nesse período, evidencia-se a intenção de doutrinar, controlar a população e propagar as ideias do governo, ampliando-se os eventos com características religiosas e cívicas. O Jornal Folha da Manhã divulgou em várias matérias imagens de Agamenon ao lado de arcebispos e frases de efeito, associando os eventos cívicos aos eventos religiosos (Figura 18). Aconteciam ainda festas religiosas que atraíam uma grande quantidade de pessoas como a de Nossa Senhora do Carmo (Figura 19). Também aconteciam missas campais em praças e parques durante alguns eventos do Estado, e grandes eventos religiosos, como o Congresso Eucarístico Nacional, os quais associavam atividades religiosas e cívicas.

Figura 18: Matéria do jornal com Agamenon, D. Augusto Álvaro, arcebispo do Brasil e D. Miguel Valverde, arcebispo de Recife.



arço/ abril de 1939. Edição

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1940. Edição matutina.

Figura 19: Multidão na Festa de Nossa Senhora do Carmo, nos anos 1940.



Nos anos 1920, as práticas cívicas foram incentivadas e patrocinadas pelo governador Sérgio Loreto, com a intenção de propaganda política. Nos anos 1940, o governador Agamenon Magalhães ampliou essas práticas ao propagar intensamente a realização de grandes eventos de massa, comícios, palestras, dentre outros eventos, com a intenção de doutrinar a população e convencê-la quanto ao seu projeto de governo. Agamenon tinha como inspiração o modelo europeu dos regimes autoritários, e a ideia-chave era a realização de paradas e desfiles pelas ruas, ou manifestações de massa para converter a população.

Assim, foram intensamente comemorados e utilizados como propaganda política o Dia do Trabalho (Figura 20), no dia 1º de Maio, a Semana da Pátria, o Dia da Bandeira, o Dia da Abolição da Escravatura e as festas comemorativas do aniversário do Governo no dia 10 de Novembro. Esses eventos cívicos organizados pelo Estado aconteciam nas praças, ruas e parques da cidade, e tinham como objetivo legitimar e dar sustentação ao governo. Era fundamental que houvesse um maior número de eventos e de pessoas. Na maioria desses eventos, Agamenon Magalhães, seus assessores e Novaes Filho estavam presentes, proferindo discursos que eram transmitidos pelo rádio. A presença da imprensa também era fundamental para registrar os acontecimentos (SOUZA NETO, 2005). Além desses eventos, ainda aconteciam nas ruas, praças e parques da cidade entre os anos 1920 e 1940, desfiles, paradas e discursos (Figura 21).

Figura 20: União entre as atividades cívicas e religiosas.



Figura 21: Desfiles de militares no Parque 13 de Maio, nos anos 1940.



abril de 1938.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

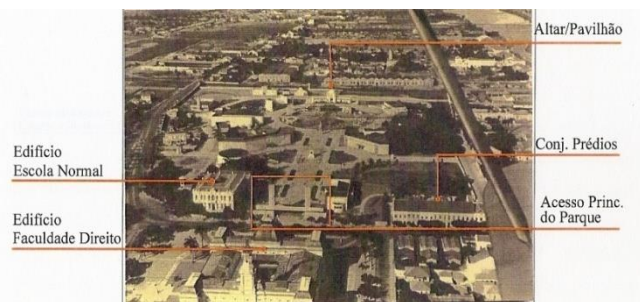
Outros exemplos de práticas cívicas foram às exposições. Uma delas aconteceu em 1924, no Parque do Derby, que foi a Exposição Geral de Pernambuco (Figura 22) sediada no quartel, tendo durado de outubro a novembro. Essa exposição foi um evento com características cívicas, focalizando as realizações do governo de Sérgio Loreto e mais uma obra de propaganda política (CAVALCANTI, 1999). O governo procurou com essa exposição identificar o Estado como um dos maiores símbolos de progresso da época, que eram as exposições (COUCEIRO, 2003). Outra exposição aconteceu no Parque 13 de Maio, que foi a Exposição Nacional de Pernambuco (Figura 23), realizada entre dezembro e março de 1940, que também teve características cívicas, pois queria divulgar as realizações do Estado Novo e era mais uma obra de propaganda política.

Figura 22: Bares e brinquedos no Parque do Derby durante a Exposição Geral de Pernambuco.

Figura 23: Vista do Parque 13 de Maio durante a Exposição Nacional de Pernambuco.



Uma vista geral do Parque do Derby onde se fez lison o memorável certamen de 1924.



o, n. 5, novembro de

Fonte: FREITAS, 2006.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa revelou que as práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife, entre os anos 1920 e 1940, se expressaram a partir de invenções realizadas, em sua maioria, por camadas populares, e de ações impostas pelo governo. As práticas cotidianas foram divididas entre práticas rotineiras e eventuais, cada qual explicitando uma gama de atividades diversas que reuniam a maioria da população.

O que o caracterizou mais fortemente o espaço público da cidade foi a dimensão social, ou seja, a vida em público, as diversas práticas exercidas no dia a dia ou eventualmente. A rua saltou como o espaço público mais representativo e, ao lado dela, pontes, praças, parques, margem de rio, dentre outros. São espaços da cena pública, onde ocorreram acontecimentos e manifestações que variaram de acordo com o tempo. As cenas foram construídas por diversos grupos sociais, atividades, comportamentos, itinerários, e por isso carregaram uma riqueza na descrição da vida pública. Por ser um espaço do público, está fortemente entremeadado da dimensão política, sujeito a ações impostas e a padrões de comportamento que nem sempre são absorvidos por todos.

Foram as invenções cotidianas e as ações impostas apontadas por Certeau (1998) que possibilitaram a leitura das questões da vida pública ligadas a um contexto de instantes da vida das pessoas, e que justificaram os avanços e as repressões nos percalços da democracia. Para entender esse cotidiano nos espaços públicos, foi necessário decodificar a vida cotidiana, considerando, sobretudo, as invenções. Elas eram realizadas por pessoas comuns e apareceram sob a forma de resistência às imposições sociais do poder instituído pelos governantes, muitas vezes como minúsculas situações da vida cotidiana, mas com grande importância pela força de transgredir o que foi imposto pelo poder.

Ficou evidenciada que a ideia de Arendt (2000), de que o espaço público se caracteriza essencialmente por ações coletivas se confirma no Recife. Os espaços públicos recifenses analisados foram locais onde aconteceram ações da vida em público, como os passeios, as caminhadas, as procissões e as demais festas religiosas, os esportes, o carnaval e as várias práticas cívicas. O espaço público foi o local do contato entre as pessoas e da presença social, onde muitas vezes grande parte da população ou a multidão dele se apropriava para realizar suas diversas atividades, ativas ou passivas.

Constatou-se, como apontou ainda Arendt, que o espaço público era o local do ver e do ser visto por todos. Homens e mulheres saíam e exibiam as últimas novidades da moda, ou seja, suas roupas elegantes, chapéus, sapatos, meias. Era um espetáculo visual, um palco, com verdadeiras passarelas para o desfile de homens, mas sobretudo mulheres, ambos da elite.

Por outro lado, os projetos de modernização implantados pelos governantes beneficiaram as classes mais abastadas. Havia controle nesses espaços, para que fossem apropriados por essa classe social. Mesmo assim, as camadas populares, exemplificadas pelas prostitutas e os vadios, permaneciam nesses espaços como uma forma de resistência. Apesar de não aparecer com tanta frequência a reação ao que era imposto, isso não quer dizer que não houvesse oposição e resistência das camadas populares ao que se tentava instituir.

O carnaval de rua foi a prática mais representativa da liberdade em público, pois era uma festa eminentemente popular. Apesar das normas estabelecidas pelo Estado, sobretudo nos anos 1930 e 1940, ampliando as ações na tentativa de controlar a festa, no carnaval de rua, populares e clubes de pedestres participavam da festa de maneira espontânea, sem seguir as regras impostas. Também havia a presença de maracatus e blocos de carnaval com camadas populares, sobretudo os *negros*, que procuravam escapar das perseguições. O carnaval de rua foi uma festa em que ricos e *pobres* conviviam em harmonia. No entanto, se considerar a maioria da população, observa-se que essa expressão da liberdade foi parcial devido à tentativa de controle social exercida pelos governantes no período estudado. Para as camadas populares, prostitutas, *vadios* e principalmente os integrantes dos cultos afro-brasileiros, a liberdade foi limitada.

Devido à tentativa de controle social, sobretudo no período do Estado Novo, o espaço público não teve como característica principal as discussões e os debates da grande maioria da população, voltados para os assuntos políticos e contra o Estado. Também não houve a participação da maioria da população nas decisões do Estado, como salientaram Arendt e Habermas. O que se verificou foi que essa participação foi representada apenas por alguns segmentos da elite e de determinados integrantes da Igreja. A única reação ao Estado ao longo de todo o período pesquisado ocorreu apenas no fim do Estado Novo, com o enfraquecimento do governo, quando ocorreram os *meetings*, que eram comícios, que reuniam multidões, quando havia discursos contra o governo e suas normas impostas.

Ao longo do período estudado, como frisou Certeau (1998), observou-se a influência dos processos políticos, das ações do Estado e dos mecanismos institucionais na vida pública. As ações implantadas entre os anos 1920 e 1940 faziam parte de um projeto de modernização da cidade, de caráter elitista e excludente, que tinha a intenção de homogeneizar condutas e comportamentos em torno de padrões europeus, afastando os populares dos espaços públicos. Os governantes procuraram introduzir um padrão de ordem urbana desejada pelos grupos de elite, com ações mais rigorosas em relação ao comportamento que deveria ser assumido pela população, adotando uma postura mais efetiva de controle social, com combate e repressão aos populares, e esses se tornaram caso de polícia.

Mesmo com essas ações do governo, ocorreram astúcias e invenções previstas também por Certeau, que foram as reações dos excluídos, quando as camadas populares procuraram reagir ao que se tentava implantar baseadas numa forma de resistência, para fazerem persistir nos espaços públicos hábitos e condutas dessas pessoas. Houve a permanência nos espaços públicos de populares, vendedores de sorvete, frutas, bilhetes de loteria, engraxates e gazeteiros. Mesmo sendo constantemente combatidas com a proibição de circularem pelas ruas, as *prostitutas* permaneciam nos espaços públicos em busca de clientes. Também circulavam pelas ruas

mendigos, pedintes e vendedores ambulantes, e no final do expediente eram os empregados das lojas, caixeiros, caixeiras e costureiras. Durante a madrugada, passeavam bêbados, vagabundos e desocupados, considerados *vadios*. Em alguns momentos, a elite e os populares ocuparam o mesmo espaço público, e em outros predominava a divisão de horários e a delimitação dos espaços. Com a introdução dos mercados pelo Estado, os populares que frequentavam as feiras se deslocaram para outras partes da cidade e continuaram mantendo esse tipo de comércio.

Como a pesquisa partiu dos dias atuais, existe o impulso de se constatar que algumas práticas se mantêm e outras foram modificadas. Hoje, as caminhadas e passeios pelos espaços públicos da cidade ainda são frequentes no cotidiano da população, porém, sobretudo na área central, a maioria da população que faz esses passeios não é mais a classe abastada, e sim a classe média e a popular da sociedade. Também, nos dias de hoje, as ruas se mantêm como os espaços públicos mais utilizados pela população para os passeios. Além das ruas, as pontes, as praças, as margens do rio são espaços públicos da área central que são mais utilizados pela classe média e pelas camadas populares quando se deslocam a trabalho ou estão à procura de produtos mais baratos. As praças são hoje muito utilizadas, sobretudo as do centro e as de bairros mais simples por camadas populares. O Parque 13 de Maio tem um uso intenso nos dias da semana, e mais ainda aos domingos. A maioria pessoas que frequentam são mais simples, que moram no centro da cidade, ou vêm de outros bairros. Hoje, também, a praia se tornou um local mais democrático. Principalmente aos domingos, na praia de Boa Viagem, há uma verdadeira mistura de classes sociais. Atualmente, nesta cidade, bairros ricos e *pobres* se alternam ao longo de sua malha viária e é possível afirmar que o público está em toda parte. Mais fortemente nos bairros de classes mais populares e em alguns de classe média, onde as ruas, praças, pequenos espaços abertos, campos de pelada e calçadas estão repletos de pessoas, é nestes espaços que se desenrola a vida da cidade.

REFERÊNCIAS.

- ALBERNAZ, Paula. Reflexões sobre o espaço público atual. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. (Org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *O Recife: Ponto de Encontro*. Recife: Ed. do autor, 1999.
- CERTEAU, Michel de et all. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COUCEIRO, Silvia. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Tese (Doutorado em História) Departamento de História. Recife: UFPE, 2003.
- COSTA, Valéria Gomes da. *É do dendê! Histórias e memórias da nação Xambá no Recife (1950-1992)*. Recife: ANNABLUME, 2009.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.
- FREITAS, Cândida. *O Parque 13 de Maio na modernização do Recife*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife: UFPE, 2006.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Sociologia*. Org. FREITAS e S. P. ROUANET. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. *The Theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1989.

_____. *Entre naturalismo e religião*. Estudos Filosóficos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2007.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Espaço e vida públicos*: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Departamento de Ciências políticas. São Paulo: USP, 2001.

LEITÃO, Lúcia. (Coord.). *As praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Obras, 2002.

PARAÍSO. Rostand. *O Recife e a segunda guerra*. Recife: Comunicarte, 1995.

_____. *Antes que o tempo apague*. Crônica dos anos 40 e 50. Recife: Editora Comunicarte, 1996

PESAVENTO, Sandra J. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. 2 ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. *Engenhos de sons, imagens e palavras. Ditadura e propaganda na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História. Recife: UFPE, 2000.

DOCUMENTOS CONSULTADOS.

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco
Acervo do Museu da Cidade do Recife.
Folha da Manhã, março/abril de 1938. Edição vespertina
Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940. Edição matutina.
Folha da Manhã, março/ abril de 1938. Edição matutina;
Folha da Manhã, maio/junho de 1940. Edição matutina.
Revista da Cidade, n. 54, junho de 1927
Revista da Cidade, n. 6, julho de 1926
Revista da Cidade, n. 34, janeiro de 1927
Revista da Cidade, n. 6, julho de 1926.
Revista da Cidade, n.42, março de 1927
Revista de Pernambuco, n 13, julho de 1925
Revista da Cidade, n 10, julho de 1926.
Revista da Cidade, n. 3, julho de 1926.
Revista de Pernambuco, n. 9, março de 1926.
Revista de Pernambuco, n. 5, novembro de 1924.